ESTADO DA PARAÍBA

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITOSANTO

CASA MONSENHOR JOSÉ JOÃO
CNPJ Nº 09.308.842/0001-80
Rua Praça dos Três Poderes, s/n – Centro – 58337000 – Cruz do Espírito Santo – PB

PROJETO DE LEI Nº 009/2025

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA (LDO), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE FINANÇAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Exercício de 2026

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Mensagem **Em, 25 de abril de 2025**

Senhora Presidente,
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Cruz do Espírito Santo,

Honramos encaminhar a essa Egrégia Casa Legislativa para apreciação e deliberação de Vossa Excelência e seus ilustres Pares, o anexo Projeto de Lei que trata das Diretrizes Orçamentárias, com metas e prioridades aos níveis da Classificação Institucional, Funcional - Programática, para o exercício Econômico - Financeiro de 2026.

A Lei de Diretrizes se faz necessária no cumprimento das determinações Constitucionais, a fim de que o Orçamento possa refletir no seu conteúdo as expectativas de uma administração voltada para a consecução dos objetivos primordiais do Governo Municipal, assegurando ainda, que as prioridades e metas estejam realmente compatibilizadas com os anseios da população.

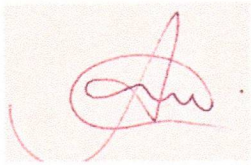
O encaminhamento da proposição legislativa em apreço se dá em cumprimento ao que determina o **Artigo 165, inciso II da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Emenda Constitucional nº 25/00, a Emenda Constitucional nº 29/00, a Portaria STN nº 710/2021 (PCASP) e Lei Orgânica do Município.**

O Orçamento do Município de Cruz do Espírito Santo para o exercício financeiro de 2026 expressará o Planejamento do Município em termos de processo de previsão de necessidades e racionalização do emprego dos meios materiais e dos recursos financeiros e humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e da avaliação científica da situação existente.

Enfatizo que, no contexto das prioridades atribuídas ao Poder Executivo, todas as ações e estratégias do governo que visam realizar suas potencialidades, inclusive considerando o desenvolvimento urbano do Município que é a prioridade máxima do Executivo, será calcado, em consonância com os cenários macroeconômicos projetados para 2026, as metas de resultado primário previstas no Anexo de Metas Fiscais, o qual integra este Projeto de Lei e de modo a evidenciar a eficiência, a eficácia e a transparência da gestão fiscal.

Solicito caráter de urgência urgentíssima, na apreciação e votação da matéria, vez que os benefícios propostos dependerão da aprovação de Vossas Excelências, bem como sua inclusão na proposta Orçamentária para o exercício de 2026, propulsor do desenvolvimento local e da construção de uma Cruz do Espírito Santo mais equitativa, justa e solidária.

Atenciosamente,



ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
PREFEITA

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 009/2025.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo **§ 2.º**, do **Art. 165**, **da Constituição Federal**, em consonância com o disposto no **§ 2.º**, do **Art. 166 da Constituição Estado da Paraíba**, em consonância com o que dispõe a **Lei Orgânica do Município**, e em cumprimento as normas estabelecidas na **Lei Complementar n.º 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal), **FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o **exercício de 2026**, compreendendo:

I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;

II – a estrutura e organização do orçamento anual para 2026;

III – as diretrizes, orientações e critérios para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais, adequadas de acordo com eSocial;

VI com referência ao eSocial e SIAFIC, serão atendidos os prazos, conforme Decreto nº 10.540/2020;

VII As diretrizes para ações de educação fiscal e conscientização cidadã voltadas à comunidade escolar e sociedade civil;

VIII – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;

IX – as disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As ações prioritárias e as metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026, compatíveis com o **Plano Plurianual 2022-2026**, constarão na lei orçamentária, observados os seguintes macro-objetivos:

I – reorganizar o setor público para a construção de um Município ainda mais democrático, participativo e solidário, capaz de articular interesses e atender às demandas reais do cidadão;

II – avançar na consolidação da participação da sociedade na elaboração dos planos e orçamentos do município, ratificando a democracia e a cidadania;

III – elevar os índices da qualidade de vida da população nos seus aspectos de mobilidade urbana, alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidade de trabalhos produtivos;

IV – fortalecer o desenvolvimento do capital humano, visando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

V – reduzir a mortalidade infantil, através da execução de ações básicas de saúde e de saneamento.

VI – combater à pobreza e à exclusão social;

VII – melhoria das condições de moradia da população de baixa renda;

VIII – expansão da oferta de vagas na rede pública de ensino, como meio de garantir ensino fundamental para todas as crianças em idade própria;

IX – melhoria da infraestrutura básica do município e preservação do meio ambiente;

X – incentivo à geração de renda e erradicação de trabalho infantil;

XI – oferta de educação pré-escolar em creches e estabelecimentos de ensino para todas as crianças de famílias de baixa renda;

XII – execução de ações voltadas para a preservação da cultura e do patrimônio histórico.

XIII – desenvolvimento social, econômico e administrativo do Município, com vistas ao fortalecimento de seu papel como referência no contexto da região em que está situado;

XIV – valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;

XV – disciplina criteriosa no uso e parcelamento do solo urbano, visando a sua ocupação equilibrada e harmônica e a defesa do meio ambiente e a obtenção de melhor qualidade de vida para os habitantes do Município;

XVI – assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitarem de auxílios do poder público;

XVII – combate sistemático ao analfabetismo;

Art. 3º – Na lei orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais terá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Parágrafo único – Para o disposto no "caput" consideram-se programas sociais aqueles destinados à melhoria qualitativa e quantitativa nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, assistência social, habitação, geração de emprego e renda e suplementação alimentar.

Art. 4º - As metas fiscais pretendidas pela administração, para o exercício de 2026, são as constantes nos anexos integrantes da presente Lei, em atendimento ao disposto no **Art.4º, § 1º**, da **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**, em consonância com a **Portaria nº 577/2008**, catalogados da forma seguinte:

ANEXO DAS METAS FISCAIS

Demonstrativo I	- Metas Anuais;
Demonstrativo II	- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III	- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV	- Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V	Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI	- Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais – RPPS;
Demonstrativo VII	- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
Demonstrativo VIII	- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
Demonstrativo IX	Demonstrativo da Despesa de Capital
Demonstrativo X	Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais
Demonstrativo XI	Demonstrativo de Metas e Riscos Fiscais

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL PARA 2026

Art. 5° - Para efeito desta lei, considera-se:

I – Unidade Orçamentária, cada um dos órgãos aos quais serão consignadas dotações para execução de seus respectivos programas.

II – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

III – Ação, o conjunto de atividades, projetos e/ou operações especiais mensurado em termos financeiros e, sempre que possível, por unidades de medidas físicas, que retratam a oferta de bens e/ou serviços;

IV – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º – A categoria econômica tem por finalidade identificar se a despesa é Corrente ou de Capital.

§ 5º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F) ou seguridade social (S).

§ 6º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de despesas de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

a) pessoal e encargos sociais – 1;
b) juros e encargos da dívida – 2;
c) outras despesas correntes – 3;
d) investimentos – 4;
e) inversões financeiras – 5;
f) amortização da dívida – 6;
g) reserva de contingência - 9.

§ 7º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

a) mediante transferência financeira a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades, ou diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

b) diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito da mesma esfera de Governo.

§ 8º - A especificação da modalidade de aplicação, de acordo com as **Portarias nº 163 e 684**, da **Secretaria do Tesouro Nacional – STN**, observará o seguinte desdobramento:

a) transferências à União – 20;
b) transferências à Municípios e ao Distrito Federal - 30
c) transferências à Municípios – 40;
d) transferências à Entidades Privadas sem fins lucrativos – 50;
e) transferências à Entidades Privadas com fins lucrativos – 60
f) transferências à Instituições Multigovernamentais Nacionais – 70;
g) transferências à Consórcios Públicos – 71;
h) transferências ao Exterior – 80;
i) aplicação direta – 90;
j) aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social – 91.

§ 9º - É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 10º - Todas as fontes de recursos de que tratar esta Lei, serão consolidadas:

a) Recursos do Tesouro, compreendendo os recursos de arrecadação própria do Tesouro Municipal e as receitas de transferências estaduais e federais constitucionais e legais;

b) Recursos de Outras Fontes, compreendendo as receitas diretamente arrecadadas pelas entidades da Administração e demais fontes não previstas na alínea anterior.

Art. 6º - O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, o seguinte detalhamento dos grupos por Natureza de Despesa:

I . DESPESAS CORRENTES

I.1 - Pessoal e Encargos Sociais;
I.2 - Juros e Encargos da Dívida;
I.3 - Outras Despesas Correntes;

II . DESPESAS DE CAPITAL

II.1 - Investimentos;
II.2 - Inversões Financeiras;
II.3 - Amortização da Dívida;
II.4 - Outras Despesas de Capital.

III . RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 7º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, para o exercício financeiro de 2026, e abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Autarquias e Fundos Municipais, que recebam recursos do Tesouro e outras fontes e será elaborado em conformidade com a estrutura organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no **artigo 22**, seus incisos e **parágrafo único**, da **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**, e será composto de:

I – Mensagem;
II – texto do projeto de Lei Orçamentária Anual;
III – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei.

Art. 9º - Para efeito do disposto no Artigo anterior, a Câmara Municipal e os órgãos integrantes da administração direta e descentralizada do Poder Executivo encaminharão as respectivas propostas orçamentárias à Secretaria de Planejamento e Gestão, para fins de ajustamento e consolidação.

§ 1º - Visando garantir a autonomia orçamentária administrativa e financeira ao Poder Legislativo, ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração de sua proposta orçamentária:

I - As despesas com pessoal e encargos sociais observarão ao disposto no **Art. 32** desta Lei, bem como na Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000;

II - As despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite estabelecido pela Emenda Constitucional referida no inciso anterior.

III - Na elaboração de sua proposta, a Câmara Municipal, obedecerá, também, aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.

Art. 10 - As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem, somente poderão serem aprovados caso:

I - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre:

a) Dotação para pessoal e encargos sociais;
b) Serviços da dívida;
c) Recursos oriundos de convênios;
d) Recursos provenientes de operações de crédito;
e) Remanejamento de recursos das Funções Educação e Saúde;
f) Dotações para pagamento de Precatórios judiciais.

II - Sejam relacionadas:

a) Com a correção de erros ou omissões;
b) Com os dispositivos do texto da lei do plano plurianual e do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 11 - Não serão admitidas emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual que impliquem em transferências de dotações orçamentárias custeadas com receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, órgãos de regime especial e fundações, para atender programação a ser desenvolvida por outra entidade que não aquela geradora dos recursos.

Art. 12 - Constarão, obrigatoriamente, das emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual:

I - Exposição de motivos que justifiquem a proposição da emenda;

II - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades, operações especiais e o

montante das despesas que serão acrescidas em decorrência da anulação de que trata o inciso III do presente artigo;

III - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais e o montante das despesas que serão
anuladas.

§ 1 - A inobservância de quaisquer dos requisitos referidos neste Art. determinará o arquivamento da emenda.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados, após a sanção da Lei Orçamentária, por intermédio da abertura de créditos adicionais, mediante o remanejamento de dotações.

Art. 13 - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com dispositivos da **Portaria STN nº 710/2021 (PCASP)**, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento ao orçamento a que pertença.

Art. 14 - O Poder Executivo poderá incorporar na elaboração dos orçamentos as eventuais modificações na estrutura organizacional do Município, ocorridas após o encaminhamento da **LDO/2026** à Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 15 – O projeto da lei orçamentária anual deverá ser elaborado conforme os cenários macroeconômicos projetados para 2026, as metas de resultado primário previstas no Anexo de Metas Fiscais, o qual integra esta Lei e de modo a evidenciar a eficiência, a eficácia e a transparência da gestão fiscal.

Parágrafo único – As Metas Fiscais, constantes no Anexo a que se refere o *caput* deste artigo, poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados nas estimativas das receitas e despesas e alterações na legislação que venham afetar esses componentes.

Art. 16 – No projeto orçamentário anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de janeiro a junho de 2026, com base nos parâmetros discriminados no anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Art. 17 - O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2026, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – O princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis (painéis digitais, portais, relatórios em linguagem cidadã) para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento, de acordo com a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

Art. 18 - Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual, será assegurada a transparência e o incentivo à participação popular, mediante a realização de audiências públicas convocadas pela Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Cruz do Espírito Santo, nos termos estabelecidos pelo Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19 - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Parágrafo único - O poder executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, até o dia 30 de setembro, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2026.

Art. 20 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superavit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 21 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do **art. 9º**, e no **inciso II** do **§ 1º** do **art. 31**, todos da **Lei**

Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – Com pessoal e encargos patronais;

II – Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no **art. 45** da **Lei Complementar nº 101/2000**;

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 22 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 23 – O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) do valor da LOA, nos termos do art. 167, inciso V da CF. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos entre categorias de programação ou entre órgãos poderá ocorrer dentro do mesmo limite, conforme o art. 167, inciso VI.

I. Abrir Créditos Suplementares, mediante a utilização dos recursos adiante indicados, com as seguintes finalidades:

a) Fica o Poder Executivo autorizado a realocar recursos orçamentários entre unidades orçamentárias e órgãos, utilizando como fonte de recurso as disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1°, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 24 – Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos, observadas as determinações do Art. 167, Inciso IV da Carta Magna.

Art. 25 – Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias e dos fundos municipais se:

I - Houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV – Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 26 – É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de natureza continuada que preencham as seguintes condições:

I – Sejam de atendimento ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, esporte ou educação, e que sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial reconhecido nacionalmente pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2026 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I – Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

§ 5º - Ficam mantidas as atuais subvenções sociais concedidas por lei municipal, mas o acesso das entidades beneficiadas aos créditos delas decorrentes, dependem de prestação de contas dos recursos recebidos anteriormente e de parecer favorável à liberação por parte do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 27 – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do Art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 28 – As receitas próprias das entidades serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Art. 29 – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 30 – A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 1**% (um por cento)** da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2026, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 31 – Os restos a pagar deverão ficar limitados às disponibilidades financeiras como forma de não transferir despesa de um exercício para o outro sem a correspondente fonte de cobertura.

Art. 32 – Quadrimestralmente, o Poder Executivo e Legislativo, emitirão os Relatórios de Gestão Fiscal exigidos pelo caput do art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33 – Até trinta dias após o encerramento de cada bimestre o Poder Executivo elaborará o Relatório Resumido de Execução Orçamentária nele abrangido a movimentação do Poder Legislativo e Administração Descentralizada do Município, atendendo ao que se refere o parágrafo 3º do Art. 165 da Constituição Federal, bem como o Art. 52 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PUBLICA MUNICIPAL

Art. 34 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social de sujeitos passivos da obrigação tributária.

Art. 35 – A Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município recursos provenientes de operações de crédito, para atendimento a despesas de Capital, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 36 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no Art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37 – Ficam os poderes do município autorizados a consignarem recursos necessários para atender as despesas que decorrem da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração em razão de ajuste salarial, da criação de cargos, e contratações temporárias, inclusive para

atender aos Programas da área de educação, saúde e assistência social, ou alterações de estrutura de carreiras e realização de concurso público, bem como da admissão de pessoal, a qualquer título, nos termos da legislação em vigor, observado o §1°, Inciso I, do Art. 169 da Constituição Federal, podendo reajustar vencimentos e proventos em até 30% (trinta por cento) dos pagamentos realizados no ano anterior.

Art. 38 – No exercício financeiro de 2026, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 39 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no Art. 19 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3° e 4° do Art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 40 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do Art. 22 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra, fica restrita a necessidades emergenciais da Administração.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 – A estimativa da receita que constará do projeto, de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente, aumento das receitas próprias.

Art. 42 – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – Atualização da planta genérica de valores do município;

II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.

IV – Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1° - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita observará ao Inciso V do § 2° do Art. 4° da Lei Complementar n° 101 de 04 de maio de 2000.

§ 2° - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 44 – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 45 – Serão alocados recursos para atender as despesas com precatórios que serão incluídos na proposta orçamentária de 2026, não podendo ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 48 – A mesa da Câmara deverá encaminhar ao Prefeito Municipal até 31 de agosto do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2026, observadas as disposições do Art. 29 da Constituição Federal, com redação que foi dada pela Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009.

Art. 49 – Para os efeitos do Art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites da Lei nº 14.133/2021

Art. 50 – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 51 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 52 - As emendas apresentadas a proposta de orçamento deverão ser acompanhadas de exposição justificativa e de demonstrativo com indicação detalhada dos programas de trabalho inseridos e dos que deverão servir de fonte compensatória.

Parágrafo Único – Nenhuma alteração que implique em aumento da despesa poderá ser feita na proposta Orçamentária sem indicação da fonte de recursos correspondente.

Art. 53 – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o parcelamento das dívidas junto ao **INSS** através da Secretaria da Receita Federal do Brasil – **RFB**, da responsabilidade da Câmara Municipal de Vereadores, objeto do

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E PARCELAMENTO DE DÉBITO (TCDP) para liquidação em 60 (sessenta) parcelas mensais, referente exclusivamente as Contribuições Patronais, ficando autorizado o débito em conta originado das transferências do FPM, junto ao Banco do Brasil S/A, que serão descontadas mensalmente do duodécimo do Poder Legislativo.

Art. 54 – A proposta orçamentária para o exercício de 2026, será remetida ao Poder legislativo para apreciação até 31 de outubro e será devolvida para sanção do Prefeito até 15 de dezembro de 2025.

Art. 55 – Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 15 de dezembro de 2026, fica autorizada, até a sua sanção, a execução da programação dele constante à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.

Art. 56 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cruz do Espírito Santo - PB, 25 de abril de 2025.

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS:05029504478

Assinado de forma digital por ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS:05029504478
Dados: 2025.04.25 12:01:06 -03'00'

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
PREFEITA
PREFEITA

Câmara Municipal de Cruz do Espírito Santo
☒ APROVADO ☐ REPROVADO
Data: 11/06/2025
Presidente
1º Secretário
2º Secretário

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo I - Metas Anuais

Exercício: 2026

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	105.693.755,00	93.950.004,44	415.148,412	105,66	116.791.595,00	93.951.890,44	458.738,978	105,66	128.470.754,00	93.952.577,15	504.612,874	105,66
Receitas Primárias (I)	104.985.004,00	93.320.003,56	412.364,549	104,95	116.008.426,00	93.321.877,56	455.662,814	104,95	127.609.268,00	93.322.559,60	501.229,093	104,95
Despesa Total	105.693.757,00	93.950.006,22	415.148,419	105,66	116.791.595,00	93.951.890,44	458.738,978	105,66	128.470.757,00	93.952.579,35	504.612,886	105,66
Despesas Primárias (II)	100.244.819,00	89.106.505,78	393.745,850	100,21	110.770.519,00	89.108.292,98	435.089,140	100,21	121.847.573,00	89.108.946,18	478.598,063	100,21
Resultado Primário (III) = (I - II)	4.740.185,00	4.213.497,78	18.618,700	4,74	5.237.907,00	4.213.584,59	20.573,673	4,74	5.761.695,00	4.213.613,43	22.631,030	4,74
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	4.740.185,00	4.213.497,78	18.618,700	4,74	5.237.907,00	4.655.917,33	20.573,673	5,24	5.761.695,00	5.121.506,67	22.631,030	5,76
Dívida Pública Consolidada	19.136.519,41	17.010.239,48	75.165,232	19,13	21.145.853,94	17.010.581,56	83.057,582	19,13	23.260.439,34	17.010.705,97	91.363,340	19,13
Dívida Consolidada Líquida	14.239.672,12	12.657.486,33	55.931,188	14,23	15.734.837,69	12.657.740,88	61.803,962	14,23	17.308.321,47	12.657.833,46	67.984,359	14,23
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesas Primárias Geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00

VARIÁVEIS	2026	2027	2028
PIB Real (Crescimento % anual)	2,00	2,00	2,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,25	10,50	10,00
Câmbio (R$ / US$ - Final do Ano)	8,75	8,50	8,50
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	12,50	10,50	10,00
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	25.459,27	25.459,27	25.459,27
Receita Corrente Líquida - RCL	100.033.880,00	110.537.433,00	121.591.176,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:14:14

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA

Contador

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Exercício: 2026

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	79.185.800	311.029,342	96,39	87.742.057	344.636,973	100,61	8.556.257	10,81
Receitas Primárias (I)	79.185.800	311.029,342	96,39	87.742.057	344.636,973	100,61	8.556.257	10,81
Despesa Total	86.989.383	341.680,587	105,89	86.254.133	338.792,641	98,91	-735.250	(0,85)
Despesas Primárias (II)	84.333.443	331.248,471	102,66	83.598.193	328.360,525	95,86	-735.250	(0,87)
Resultado Primário (III) = (I - II)	-5.147.643	-20.219,129	(6,27)	4.143.865	16.276,448	4,75	9.291.507	(180,50)
Resultado Nominal	-5.147.643	-20.219,129	(6,27)	4.143.865	16.276,448	4,75	9.291.507	(180,50)
Dívida Pública Consolidada	17.829.941	70.033,199	21,70	17.829.941	70.033,199	20,45	0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	13.267.435	52.112,393	16,15	13.267.435	52.112,393	15,21	0	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2024	25.459,27
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2024	25.459,27
Previsão da RCL para 2024	82.151.840,42
Valor Efetivo (realizado) da RCL para 2024	87.208.824,90

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:14:47

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2026

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total	74.932.600,00	79.185.800,00	5,68	93.950.000,00	18,64	105.693.755,00	12,50	116.791.595,00	10,50	128.470.754,00	10,00
Receitas Primárias (I)	74.667.600,00	78.920.800,00	5,70	93.320.000,00	18,25	104.985.004,00	12,50	116.008.426,00	10,50	127.609.268,00	10,00
Despesa Total	82.485.847,32	86.989.383,15	5,46	93.950.000,00	8,00	105.693.757,00	12,50	116.791.595,00	10,50	128.470.757,00	10,00
Despesas Primárias (II)	81.548.276,30	84.333.442,54	3,42	89.106.500,00	5,66	100.244.819,00	12,50	110.770.519,00	10,50	121.847.573,00	10,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(6.880.676,30)	(5.412.642,54)	(21,34)	4.213.500,00	(177,85)	4.740.185,00	12,50	5.237.907,00	10,50	5.761.695,00	10,00
Resultado Nominal	(6.880.676,30)	(5.412.642,54)	(21,34)	4.213.500,00	(177,85)	4.740.185,00	12,50	5.237.907,00	10,50	5.761.695,00	10,00
Dívida Pública Consolidada	17.144.174,35	17.829.941,32	4,00	18.543.138,97	4,00	19.136.519,41	3,20	21.145.853,94	10,50	23.260.439,34	10,00
Dívida Consolidada Líquida	12.757.148,83	13.267.434,79	4,00	13.798.132,19	4,00	14.239.672,12	3,20	15.734.837,69	10,50	17.308.321,47	10,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total	72.573.947	73.654.358	1,49	93.950.000	27,56	93.950.004	0,00	93.951.890	0,00	93.952.577	0,00
Receitas Primárias (I)	72.317.288	73.407.869	1,51	93.320.000	27,13	93.320.004	0,00	93.321.878	0,00	93.322.560	0,00
Despesa Total	79.889.441	80.912.830	1,28	93.950.000	16,11	93.950.006	0,00	93.951.890	0,00	93.952.579	0,00
Despesas Primárias (II)	78.981.381	78.442.417	(0,68)	89.106.500	13,59	89.106.506	0,00	89.108.293	0,00	89.108.946	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-6.664.093	-5.034.548	(24,45)	4.213.500	(183,69)	4.213.498	0,00	4.213.585	0,00	4.213.613	0,00
Resultado Nominal	-6.664.093	-5.034.548	(24,45)	4.213.500	(183,69)	4.213.498	0,00	4.213.585	0,00	4.213.613	0,00
Dívida Pública Consolidada	16.604.527	16.584.449	(0,12)	18.543.139	11,81	17.010.239	(8,27)	17.010.582	0,00	17.010.706	0,00
Dívida Consolidada Líquida	12.355.592	12.340.652	(0,12)	13.798.132	11,81	12.657.486	(8,27)	12.657.741	0,00	12.657.833	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
3,25	4,13	5,00	12,50	10,50	10,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:14:49

LR CONTABILIDADE E

Exercício: 2026

ADMINISTRAÇÃO PUBLICA
LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA
SILVA FARIAS
Prefeita

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido — Exercício: 2026

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III) — R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio / Capital	-6.456.688	100,00	-5.855.231	100,00	-1.417.653	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado		0,00		0,00		0,00
TOTAL	-6.456.688	100	-5.855.231	100	-1.417.653	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Lucro ou Prejuízos Acumulado		0,00		0,00		0,00
TOTAL	0	0	0	0	0	0

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:14:51

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Exercício: 2026

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (d)	2022
NADA A REGISTRAR			
TOTAL	0	0	0

DESPESAS REALIZADAS	2024 (b)	2023 (e)	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	7.987.998	5.650.219	6.516.654
Investimentos	5.332.401	4.288.749	5.272.838
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	2.655.597	1.361.470	1.243.816
Despesas Correntes do RPPS	0	0	0
TOTAL	7.987.998	5.650.219	6.516.654

SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	-20.154.871	-12.166.873	-6.516.654

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:15:04

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS

Exercício: 2026

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, $2º, Inciso IV, alinea "a") R$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMEMTÁRIAS)	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMEMTÁRIAS)	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2022	2023	2024
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)			
Reserva do RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)			
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEITRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS			

ONTE:

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:15:19

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo
Secretaria de Finanças
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Exercício: 2026

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

R$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
NADA A REGISTRAR						
TOTAL						

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:15:21

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício: 2026

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V) R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0

NADA A REGISTRAR

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:15:23

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
01.010 CÂMARA MUNICIPAL		**158.774**	**0,16**
01 031 0001 **2001 MANUT. SERV. LEGISLATIVOS**		**158.774**	**0,16**
Objetivo: MANUT. SERV. LEGISLATIVOS			
000009 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	79.050	0,00
000010 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	79.724	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.010 GABINETE DO PREFEITO		**142.947**	**0,15**
04 122 0052 **2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE DO PREFEITO**		**137.727**	**0,14**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE DO PREFEITO			
001972 4490.30 99 15001000 Material de Consumo	Fiscal	129.375	0,00
000025 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	8.352	0,00
06 182 0101 **2003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**		**5.220**	**0,01**
Objetivo: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO			
000034 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	5.220	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.020 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		**2.211.398**	**2,25**
28 846 1305 **0001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - PRECATÓRIOS**		**2.206.178**	**2,25**
Objetivo: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - PRECATÓRIOS			
000036 4690.71 99 15001000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	Fiscal	2.206.178	0,00
03 062 0054 **2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL**		**5.220**	**0,01**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL			
000047 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	5.220	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.030 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**3.251.112**	**3,31**
04 123 0051 **0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA PREVIDENCIÁRIA**		**2.976.255**	**3,03**
Objetivo: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA PREVIDENCIÁRIA			
000048 4690.71 99 15001000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	Fiscal	2.976.255	0,00
28 841 1303 **0003 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA NÃO PREVIDENCIÁRIA**		**210.887**	**0,21**
Objetivo: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA NÃO PREVIDENCIÁRIA			
000049 4690.71 99 15001000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	Fiscal	210.887	0,00
04 123 0052 **2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA FINANÇAS**		**63.970**	**0,07**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA FINANÇAS			
000063 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	8.352	0,00
000064 4690.71 99 15001000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	Fiscal	55.618	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		**17.089**	**0,02**
04 122 0051 **2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**		**17.089**	**0,02**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO			
000076 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	11.869	0,00
000077 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	5.220	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.050 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		**15.661**	**0,02**
04 122 0052 **2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**		**15.661**	**0,02**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
000092 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	15.661	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		**4.025.114**	**4,10**
12 361 0403 1001 CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES		**1.003.323**	**1,02**
Objetivo: CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES			
000114 4490.39 99 15001001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	19.537	0,00
000115 4490.39 99 15401030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	24.421	0,00
000116 4490.39 99 15411030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	7.815	0,00
000117 4490.39 99 15421030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	20.025	0,00
000118 4490.39 99 15431030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	24.910	0,00
000119 4490.39 99 15690000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	5.373	0,00
000120 4490.39 99 15750000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	41.516	0,00
000121 4490.51 99 15001001 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	302.101	0,00
000122 4490.51 99 15401030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000123 4490.51 99 15411030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	9.782	0,00
000124 4490.51 99 15421030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	86.314	0,00
000125 4490.51 99 15431030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000126 4490.51 99 15690000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	7.912	0,00
000127 4490.51 99 15750000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	48.912	0,00
000128 4490.52 99 15001001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	23.727	0,00
000129 4490.52 99 15401030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	28.473	0,00
000130 4490.52 99 15411030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	12.908	0,00
000131 4490.52 99 15421030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000132 4490.52 99 15431030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	6.264	0,00
000133 4490.52 99 15690000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000134 4490.52 99 15750000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	40.337	0,00
000135 4490.61 99 15001001 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	25.279	0,00
000136 4490.61 99 15401030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	25.279	0,00
000137 4490.61 99 15411030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	11.460	0,00
000138 4490.61 99 15421030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	54.772	0,00
000139 4490.61 99 15431030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	9.269	0,00
000140 4490.61 99 15690000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	9.269	0,00
000141 4490.61 99 15750000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	21.066	0,00
000142 4490.93 99 15001001 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	16.875	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		**4.025.114**	**4,10**
12 361 0403 **1001 CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES**		**1.003.323**	**1,02**
Objetivo: CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES			
000143 4490.93 99 15401030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	16.875	0,00
000144 4490.93 99 15411030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	9.000	0,00
000145 4490.93 99 15421030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	6.188	0,00
000146 4490.93 99 15431030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	6.188	0,00
000147 4490.93 99 15690000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	6.188	0,00
000148 4490.93 99 15750000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	11.250	0,00
12 361 0403 **1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**		**292.892**	**0,30**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
000149 4490.52 99 15001001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	185.074	0,00
000150 4490.52 99 15401030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	28.473	0,00
000151 4490.52 99 15411030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	12.908	0,00
000152 4490.52 99 15421030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000153 4490.52 99 15431030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	5.220	0,00
000154 4490.52 99 15690000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000155 4490.52 99 15750000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	40.337	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		**4.025.114**	**4,10**
12 365 0401 **1003 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS**		**1.311.907**	**1,34**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS			
000177 4490.39 99 15001001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	19.537	0,00
000178 4490.39 99 15401030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	24.421	0,00
000179 4490.39 99 15411030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	7.815	0,00
000180 4490.39 99 15421030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	28.133	0,00
000181 4490.39 99 15431030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	24.910	0,00
000182 4490.39 99 15690000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	5.373	0,00
000183 4490.39 99 15750000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	41.516	0,00
000184 4490.51 99 15001001 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	133.068	0,00
000185 4490.51 99 15401030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000186 4490.51 99 15411030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	19.421	0,00
000187 4490.51 99 15421030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	302.101	0,00
000188 4490.51 99 15431030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000189 4490.51 99 15690000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	7.912	0,00
000190 4490.51 99 15750000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	210.751	0,00
000191 4490.52 99 15001001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	23.727	0,00
000192 4490.52 99 15401030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	28.473	0,00
000193 4490.52 99 15411030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	7.593	0,00
000194 4490.52 99 15421030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	80.673	0,00
000195 4490.52 99 15431030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	9.966	0,00
000196 4490.52 99 15690000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	5.220	0,00
000197 4490.52 99 15750000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	40.337	0,00
000198 4490.61 99 15001001 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	25.279	0,00
000199 4490.61 99 15401030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	25.279	0,00
000200 4490.61 99 15411030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	22.751	0,00
000201 4490.61 99 15421030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	54.772	0,00
000202 4490.61 99 15431030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	19.634	0,00
000203 4490.61 99 15690000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	9.269	0,00
000204 4490.61 99 15750000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	21.066	0,00
000205 4490.93 99 15001001 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	16.875	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		**4.025.114**	**4,10**
12 365 0401 **1003 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS**		**1.311.907**	**1,34**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS			
000206 4490.93 99 15401030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	16.875	0,00
000207 4490.93 99 15411030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	6.188	0,00
000208 4490.93 99 15421030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	6.188	0,00
000209 4490.93 99 15431030 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	6.188	0,00
000210 4490.93 99 15690000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	6.188	0,00
000211 4490.93 99 15750000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fiscal	11.250	0,00
12 361 0403 **2008 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - ENSINO FUNDAMENTAL**		**321.232**	**0,33**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - ENSINO FUNDAMENTAL			
000249 4490.51 99 15401030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000250 4490.51 99 15411030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	19.421	0,00
000251 4490.51 99 15421030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	86.314	0,00
000252 4490.51 99 15431030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000253 4490.52 99 15401030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	28.473	0,00
000254 4490.52 99 15411030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	11.389	0,00
000255 4490.52 99 15421030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000256 4490.52 99 15431030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	9.966	0,00
000257 4490.61 99 15401030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	25.279	0,00
000258 4490.61 99 15411030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	22.751	0,00
000259 4490.61 99 15421030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	54.772	0,00
000260 4490.61 99 15431030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	9.269	0,00
12 361 0403 **2009 MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL - MDE**		**157.403**	**0,16**
Objetivo: MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL - MDE			
000275 4490.51 99 15001001 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	75.525	0,00
000276 4490.52 99 15001001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	31.320	0,00
000277 4490.61 99 15001001 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	50.558	0,00
12 361 0403 **2010 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**		**9.176**	**0,01**
Objetivo: PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA			
000281 4490.51 99 15510000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	3.956	0,00
000282 4490.52 99 15510000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	5.220	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		**4.025.114**	**4,10**
12 365 0401 **2014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**		**132.124**	**0,13**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
000314 4490.51 99 15001001 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	75.525	0,00
000315 4490.52 99 15001001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	31.320	0,00
000316 4490.61 99 15001001 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	25.279	0,00
12 365 0401 **2016 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - EDUCAÇÃO INFANTIL**		**308.984**	**0,31**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - EDUCAÇÃO INFANTIL			
000370 4490.51 99 15401030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000371 4490.51 99 15411030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	5.754	0,00
000372 4490.51 99 15421030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	143.857	0,00
000373 4490.51 99 15431030 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	21.579	0,00
000374 4490.52 99 15401030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	28.473	0,00
000375 4490.52 99 15411030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	8.352	0,00
000376 4490.52 99 15421030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000377 4490.52 99 15431030 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	9.966	0,00
000378 4490.61 99 15401030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	25.279	0,00
000379 4490.61 99 15411030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	6.741	0,00
000380 4490.61 99 15421030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	17.695	0,00
000381 4490.61 99 15431030 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	9.269	0,00
12 361 0403 **2019 QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO**		**33.368**	**0,03**
Objetivo: QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO			
000397 4490.51 99 15500000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	14.386	0,00
000398 4490.52 99 15500000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	18.982	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		**4.025.114**	**4,10**
12 361 0403 **2020 IMPLANTAR LABORATORIO DE INFORMATICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS**		**221.108**	**0,23**
Objetivo: IMPLANTAR LABORATORIO DE INFORMATICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS			
000408 4490.39 99 15001001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	19.537	0,00
000409 4490.39 99 15690000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	10.745	0,00
000410 4490.39 99 15750000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fiscal	41.516	0,00
000411 4490.51 99 15001001 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	17.982	0,00
000412 4490.51 99 15690000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	7.912	0,00
000413 4490.51 99 15750000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	48.912	0,00
000414 4490.52 99 15001001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	23.727	0,00
000415 4490.52 99 15690000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000416 4490.52 99 15750000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	40.337	0,00
12 366 0403 **2021 IMPLEMENTAR, IMPLANTAR, MANTER EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**		**157.222**	**0,16**
Objetivo: IMPLEMENTAR, IMPLANTAR, MANTER EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
000432 4490.51 99 15001001 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	17.982	0,00
000433 4490.51 99 15690000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
000434 4490.51 99 15750000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	48.912	0,00
000435 4490.52 99 15001001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	23.727	0,00
000436 4490.52 99 15690000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000437 4490.52 99 15750000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	40.337	0,00
12 361 0403 **2023 TRANSFERENCIAS DOS DEMAIS RECURSOS ORIGINARIOS DO FNDE**		**76.375**	**0,08**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DOS DEMAIS RECURSOS ORIGINARIOS DO FNDE			
000448 4490.51 99 15690000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	43.157	0,00
000449 4490.52 99 15690000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	33.218	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.070 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		**176.925**	**0,18**
13 391 0473 **1004 RECUPERAR PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL**		**107.605**	**0,11**
Objetivo: RECUPERAR PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL			
000450 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	44.308	0,00
000451 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
13 392 0473 **2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CULTURA**		**10.000**	**0,01**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CULTURA			
000464 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	7.912	0,00
000465 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	2.088	0,00
13 392 0473 **2026 MANTER O PROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DE MUSICA, FESTIVAIS, BANDAS, CORAL E EVENTOS**		**15.661**	**0,02**
Objetivo: MANTER O PROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DE MUSICA, FESTIVAIS, BANDAS, CORAL E EVENTOS			
000474 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	15.661	0,00
13 392 0473 **2027 AÇÕES EMERGENCIAIS À CULTURA - LC 195/2022 ART. 5º - ÁUDIOVISUAL**		**43.659**	**0,04**
Objetivo: Garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).			
000482 4490.52 99 17490000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	43.659	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.080 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**221.047**	**0,23**
27 812 0474 **1005 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS E CAMPOS DE FUTEBOL**		**132.205**	**0,13**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS E CAMPOS DE FUTEBOL			
000490 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	6.330	0,00
000491 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	55.385	0,00
000492 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	70.490	0,00
27 812 0474 **2031 APOIO A PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS**		**70.490**	**0,07**
Objetivo: APOIO A PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS			
000499 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	70.490	0,00
27 812 0474 **2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**		**18.352**	**0,02**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES			
000511 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	7.912	0,00
000512 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.090 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		**1.111.773**	**1,13**
10 301 0207 **1006 CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**		**292.681**	**0,30**
Objetivo: CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE			
000516 4490.39 99 15001002 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Seguridade	24.421	0,00
000517 4490.51 99 15001002 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	104.297	0,00
000518 4490.51 99 16010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	21.579	0,00
000519 4490.51 99 16360000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	57.543	0,00
000520 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	23.727	0,00
000521 4490.52 99 16010000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	18.982	0,00
000522 4490.61 99 15001002 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	25.279	0,00
000523 4490.61 99 16010000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	16.853	0,00
10 301 0207 **1007 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**		**321.175**	**0,33**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO			
000525 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	85.419	0,00
000526 4490.52 99 16010000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	162.675	0,00
000527 4490.52 99 16360000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	73.081	0,00
10 301 0207 **2033 MANTER AS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA**		**238.364**	**0,24**
Objetivo: Manter as ações da Atenção Básica - PSF/NASF/USB			
000551 4490.39 99 16010000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Seguridade	15.629	0,00
000552 4490.51 99 15001002 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	32.368	0,00
000553 4490.51 99 16010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	23.736	0,00
000554 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	42.709	0,00
000555 4490.52 99 16010000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	17.084	0,00
000556 4490.52 99 16360000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	28.473	0,00
000557 4490.61 99 15001002 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	50.558	0,00
000558 4490.61 99 16010000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	27.807	0,00
10 303 1138 **2034 MANTER ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS**		**73.898**	**0,08**
Objetivo: Manter Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos			
000579 4490.51 99 15001002 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	17.982	0,00
000580 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	23.727	0,00
000581 4490.61 99 15001002 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	21.066	0,00
000582 4490.61 99 16010000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	11.123	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.090 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		**1.111.773**	**1,13**
10 302 1211 **2035 MANTER AS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**		**114.474**	**0,12**
Objetivo: Manter as ações de Média e Alta Complexidade			
000600 4490.39 99 16010000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Seguridade	15.629	0,00
000601 4490.51 99 15001002 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	17.979	0,00
000602 4490.51 99 16010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	18.989	0,00
000603 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	23.727	0,00
000604 4490.52 99 16010000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	17.084	0,00
000605 4490.61 99 15001002 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	21.066	0,00
10 304 0246 **2036 MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE**		**23.727**	**0,02**
Objetivo: Manter as ações de Vigilância e Promoção da Saúde			
000624 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	23.727	0,00
10 122 0052 **2037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		**23.727**	**0,02**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
000636 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	23.727	0,00
10 301 0207 **2040 MANTER O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS**		**23.727**	**0,02**
Objetivo: Manter o Laboratório de Análises Clínicas			
000668 4490.52 99 15001002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	23.727	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**140.722**	**0,14**
08 244 0052 **2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		**36.704**	**0,04**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
000682 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	15.824	0,00
000683 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	20.880	0,00
08 243 0122 **2043 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**		**10.440**	**0,01**
Objetivo: MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
000697 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	10.440	0,00
08 122 0052 **2044 FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA**		**31.320**	**0,03**
Objetivo: FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA			
000709 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	31.320	0,00
08 122 0052 **2045 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**		**62.258**	**0,06**
Objetivo: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO			
000721 4450.41 99 15001000 CONTRIBUIÇÕES	Seguridade	30.938	0,00
000722 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	31.320	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**456.415**	**0,46**
08 241 0120 **1008 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**		**83.078**	**0,08**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS			
000723 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	27.693	0,00
000724 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	55.385	0,00
08 243 0122 **1009 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DA SEDE FÍSICA DO CRAS**		**87.035**	**0,09**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DA SEDE FÍSICA DO CRAS			
000725 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	27.693	0,00
000726 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	59.342	0,00
08 244 0052 **1010 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**		**67.861**	**0,07**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
000727 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	26.101	0,00
000728 4490.52 99 17000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	41.760	0,00
08 244 0125 **1011 CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER CENTRO DE INCLUSÃO PRODUTIVA**		**79.122**	**0,08**
Objetivo: CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER CENTRO DE INCLUSÃO PRODUTIVA			
000729 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	39.561	0,00
000730 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Seguridade	39.561	0,00
08 243 0122 **2046 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**		**37.016**	**0,04**
Objetivo: ATENDER SERVIÇOS DO SCFV/CRAS			
000758 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	15.661	0,00
000759 4490.52 99 16600000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	21.355	0,00
08 244 0051 **2047 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**		**10.440**	**0,01**
Objetivo: MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS			
000776 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	5.220	0,00
000777 4490.52 99 16600000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	5.220	0,00
08 244 0052 **2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		**56.271**	**0,06**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
000802 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	10.440	0,00
000803 4490.52 99 16600000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	10.440	0,00
000804 4490.61 99 15001000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	18.538	0,00
000805 4490.61 99 16600000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Seguridade	16.853	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**456.415**	**0,46**
08 244 0125 **2049 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS / CRIANÇA FELIZ**		**19.931**	**0,02**
Objetivo: ATENDER O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ			
000816 4490.52 99 16600000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	19.931	0,00
08 244 0125 **2050 MANTER PROGRAMA BOLSA FAMILIA PBF**		**15.661**	**0,02**
Objetivo: Manter as necessidades do programa bolsa família			
000826 4490.52 99 16600000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Seguridade	15.661	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.120 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL		**2.137.350**	**2,18**
04 122 0056 **1012 REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS MUNICIPAIS**		**173.996**	**0,18**
Objetivo: REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS MUNICIPAIS			
000830 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	38.770	0,00
000831 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	92.069	0,00
000832 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	43.157	0,00
15 451 0711 **1013 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS**		**332.310**	**0,34**
Objetivo: DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS			
001969 4490.30 99 15001000 Material de Consumo	Fiscal	0	0,00
001970 4490.30 99 17000000 Material de Consumo	Fiscal	0	0,00
001971 4490.30 99 17010000 Material de Consumo	Fiscal	0	0,00
000833 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	216.505	0,00
000834 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	68.332	0,00
000835 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	47.473	0,00
15 452 0056 **1014 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS**		**161.523**	**0,16**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS			
000836 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	38.770	0,00
000837 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
000838 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	31.649	0,00
000839 4490.61 99 15001000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	27.807	0,00
15 452 0474 **1015 CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER**		**180.541**	**0,18**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER			
000840 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	85.595	0,00
000841 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
000842 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	31.649	0,00
16 481 0516 **1016 CONSTRUIR E RECUPERAR UNIDADES HABITACIONAIS P/ CARENTES**		**171.696**	**0,17**
Objetivo: CONSTRUIR E RECUPERAR UNIDADES HABITACIONAIS P/ CARENTES			
000843 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	44.308	0,00
000844 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
000845 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	31.649	0,00
000846 4490.61 99 15001000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	32.442	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.120 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL		**2.137.350**	**2,18**
17 511 0056 **1017 IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS**		**139.254**	**0,14**
Objetivo: IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS			
000847 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	44.308	0,00
000848 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
000849 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	31.649	0,00
17 511 0611 **1018 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO**		**168.026**	**0,17**
Objetivo: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO			
000850 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	44.308	0,00
000851 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	92.069	0,00
000852 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	31.649	0,00
17 511 0622 **1019 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D´ÁGUA**		**139.254**	**0,14**
Objetivo: IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D´ÁGUA			
000853 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	44.308	0,00
000854 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
000855 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	31.649	0,00
17 512 0611 **1020 LAGOA DE DECANTAÇÃO**		**94.155**	**0,10**
Objetivo: LAGOA DE DECANTAÇÃO			
000856 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	38.770	0,00
000857 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000858 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
25 752 0623 **1021 EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DIST. DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO**		**94.155**	**0,10**
Objetivo: EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DIST. DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO			
000859 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	38.770	0,00
000860 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000861 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
26 782 0641 **1022 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**		**94.946**	**0,10**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
000862 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000863 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000864 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.120 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL		**2.137.350**	**2,18**
26 782 0711 **1023 CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRADAS VICINAIS**		**123.429**	**0,13**
Objetivo: CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRADAS VICINAIS			
000865 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	44.308	0,00
000866 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
000867 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
26 782 0712 **1024 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES**		**174.715**	**0,18**
Objetivo: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES			
000868 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	38.770	0,00
000869 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000870 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	96.384	0,00
04 122 0056 **2051 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E URBANISMO**		**73.689**	**0,07**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E URBANISMO			
000884 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	19.781	0,00
000885 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	26.101	0,00
000886 4490.61 99 15001000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	27.807	0,00
15 452 0246 **2052 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA**		**15.661**	**0,02**
Objetivo: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA			
000895 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	15.661	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.130 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		**304.425**	**0,31**
20 605 0645 **1025 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS**		**85.451**	**0,09**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS			
000896 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	6.330	0,00
000897 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	63.297	0,00
000898 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
20 606 0641 **1026 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**		**67.861**	**0,07**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
000899 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	15.661	0,00
000900 4490.52 99 17000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	52.200	0,00
20 606 0645 **1027 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO OU ESPAÇO PRÓPRIO PARA A FEIRA LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR**		**114.223**	**0,12**
Objetivo: Emenda 001/21 da Vereadora Maria do Socorro Gouveia - Visa acomodar feirantes em espaço próprio para produtos da Agricultura Familiar.			
000901 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	6.330	0,00
000902 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	92.069	0,00
000903 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
20 122 0052 **2053 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA**		**36.890**	**0,04**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA			
000915 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	7.912	0,00
000916 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	10.440	0,00
000917 4490.61 99 15001000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	Fiscal	18.538	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.140 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		**225.878**	**0,23**
18 541 0052 **1028 CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER GALPÃO PARA SEPARAÇÃO E GUARDA DE PRODUTOS RECICLAVEIS**		**102.139**	**0,10**
Objetivo: CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER GALPÃO PARA SEPARAÇÃO E GUARDA DE PRODUTOS RECICLAVEIS			
000922 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000923 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	46.754	0,00
000924 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
18 541 0052 **1029 EXECUTAR OBRAS DE PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO URBANA**		**94.946**	**0,10**
Objetivo: EXECUTAR OBRAS DE PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO URBANA			
000928 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000929 4490.51 99 17000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	39.561	0,00
000930 4490.51 99 17010000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	15.824	0,00
18 122 0052 **2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**		**13.132**	**0,01**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE			
000943 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES	Fiscal	7.912	0,00
000944 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	5.220	0,00
18 122 0052 **2056 MANTER COLETA SELETIVA**		**15.661**	**0,02**
Objetivo: MANTER COLETA SELETIVA			
000950 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	15.661	0,00

Classificação Institucional Funcinal Programática Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.150 SECRETARIA DA MULHER		**4.745**	**0,00**
04 122 0052 **2058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DA MULHER**		**4.745**	**0,00**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DA MULHER.			
000967 4490.52 99 15001000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Fiscal	4.745	0,00
	Total Geral	**14.601.375,00**	

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:15:26

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Classificação Institucional Funcinal Programática	Dotação Orçamentária	%
01.010 CÂMARA MUNICIPAL	**3.384.294,00**	**3,45**
01 031 0001 **2001 MANUT. SERV. LEGISLATIVOS**	**3.384.294,00**	**3,45**
Objetivo: MANUT. SERV. LEGISLATIVOS		
02.010 GABINETE DO PREFEITO	**1.501.633,00**	**1,53**
04 122 0052 **2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE DO PREFEITO**	**1.415.093,00**	**1,44**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE DO PREFEITO		
06 182 0101 **2003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO**	**86.540,00**	**0,09**
Objetivo: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO		
02.020 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	**7.173.360,00**	**7,31**
28 846 1305 **0001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - PRECATÓRIOS**	**6.998.678,00**	**7,13**
Objetivo: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - PRECATÓRIOS		
03 062 0054 **2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL**	**174.682,00**	**0,18**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL		
02.030 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**3.999.918,00**	**4,07**
04 123 0051 **0002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA PREVIDENCIÁRIA**	**2.976.255,00**	**3,03**
Objetivo: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA PREVIDENCIÁRIA		
28 841 1303 **0003 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA NÃO PREVIDENCIÁRIA**	**210.887,00**	**0,21**
Objetivo: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA NÃO PREVIDENCIÁRIA		
09 271 0055 **0004 ATENDER ENCARGOS COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS**	**324.000,00**	**0,33**
Objetivo: ATENDER ENCARGOS COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS		
04 123 0052 **2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA FINANÇAS**	**488.776,00**	**0,50**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA FINANÇAS		
02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	**565.080,00**	**0,58**
04 122 0051 **2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**	**565.080,00**	**0,58**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO		
02.050 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**4.358.960,00**	**4,44**
04 122 0052 **2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	**4.358.960,00**	**4,44**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**41.505.124,00**	**42,28**
12 361 0403 **1001 CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES**	**1.447.859,00**	**1,48**
Objetivo: CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES ESCOLARES		
12 361 0403 **1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**	**292.892,00**	**0,30**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
12 365 0401 **1003 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS**	**1.758.772,00**	**1,79**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS		

Classificação Institucional Funcinal Programática	Dotação Orçamentária	%
02.060 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**41.505.124,00**	**42,28**
12 361 0403 **2008 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - ENSINO FUNDAMENTAL**	**3.879.738,00**	**3,95**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - ENSINO FUNDAMENTAL		
12 361 0403 **2009 MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL - MDE**	**1.734.361,00**	**1,77**
Objetivo: MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL - MDE		
12 361 0403 **2010 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**	**117.328,00**	**0,12**
Objetivo: PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA		
12 361 0403 **2011 PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE**	**626.256,00**	**0,64**
Objetivo: PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE		
12 361 0403 **2012 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL**	**19.213.433,00**	**19,57**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL		
12 364 0411 **2013 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO**	**16.875,00**	**0,02**
Objetivo: CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		
12 365 0401 **2014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**	**440.843,00**	**0,45**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL		
12 365 0401 **2015 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO INFANTIL**	**7.696.892,00**	**7,84**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO INFANTIL		
12 365 0401 **2016 TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - EDUCAÇÃO INFANTIL**	**1.198.463,00**	**1,22**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DO FUNDEB 30% - EDUCAÇÃO INFANTIL		
12 361 0403 **2017 MANTER O PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT**	**292.766,00**	**0,30**
Objetivo: MANTER O PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNAT		
12 361 0403 **2018 PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO**	**92.274,00**	**0,09**
Objetivo: PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO		
12 361 0403 **2019 QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO**	**1.433.710,00**	**1,46**
Objetivo: QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO		
12 361 0403 **2020 IMPLANTAR LABORATORIO DE INFORMATICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS**	**491.946,00**	**0,50**
Objetivo: IMPLANTAR LABORATORIO DE INFORMATICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS		
12 366 0403 **2021 IMPLEMENTAR, IMPLANTAR, MANTER EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**	**532.872,00**	**0,54**
Objetivo: IMPLEMENTAR, IMPLANTAR, MANTER EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
12 361 0403 **2022 ADQUIRIR FARDAMENTO E KIT ESCOLAR**	**33.092,00**	**0,03**
Objetivo: ADQUIRIR FARDAMENTO E KIT ESCOLAR		
12 361 0403 **2023 TRANSFERENCIAS DOS DEMAIS RECURSOS ORIGINARIOS DO FNDE**	**204.752,00**	**0,21**
Objetivo: TRANSFERENCIAS DOS DEMAIS RECURSOS ORIGINARIOS DO FNDE		
02.070 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	**2.126.721,00**	**2,17**

Classificação Institucional Funcinal Programática	Dotação Orçamentária	%
02.070 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	**2.126.721,00**	**2,17**
13 391 0473 **1004 RECUPERAR PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL**	**107.605,00**	**0,11**
Objetivo: RECUPERAR PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		
13 392 0473 **2024 APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS**	**993.021,00**	**1,01**
Objetivo: APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS		
13 392 0473 **2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CULTURA**	**558.853,00**	**0,57**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA CULTURA		
13 392 0473 **2026 MANTER O PROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DE MUSICA, FESTIVAIS, BANDAS, CORAL E EVENTOS**	**120.703,00**	**0,12**
Objetivo: MANTER O PROGRAMA DE APOIO AS ATIVIDADES DE MUSICA, FESTIVAIS, BANDAS, CORAL E EVENTOS		
13 392 0473 **2027 AÇÕES EMERGENCIAIS À CULTURA - LC 195/2022 ART. 5º - ÁUDIOVISUAL**	**208.282,00**	**0,21**
Objetivo: Garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).		
13 392 0473 **2028 AÇÕES EMERGENCIAIS À CULTURA - LC 195/2022 ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA**	**36.734,00**	**0,04**
Objetivo: Garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural		
13 392 0473 **2029 AÇÕES GERAIS DA LEI Nº 14.399/2022 - PNAB**	**94.177,00**	**0,10**
Objetivo: Estimular ações, iniciativas, atividades e projetos culturais, por meio de apoio e de fomento daUnião, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios		
13 392 0473 **2030 AÇÕES DE CUSTO OPERACIONAL (ATÉ 5%) DA LEI Nº 14.399/2022 - PNAB**	**7.346,00**	**0,01**
Objetivo: Estimular ações, iniciativas, atividades e projetos culturais, por meio de apoio e de fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios		
02.080 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	**809.095,00**	**0,82**
27 812 0474 **1005 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS E CAMPOS DE FUTEBOL**	**132.205,00**	**0,13**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS E CAMPOS DE FUTEBOL		
27 812 0474 **2031 APOIO A PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS**	**165.392,00**	**0,17**
Objetivo: APOIO A PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS		
27 812 0474 **2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**	**511.498,00**	**0,52**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		
02.090 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**24.064.444,00**	**24,51**
10 301 0207 **1006 CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE**	**378.263,00**	**0,39**
Objetivo: CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE		
10 301 0207 **1007 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**	**321.175,00**	**0,33**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO		
10 301 0207 **2033 MANTER AS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA**	**14.140.805,00**	**14,40**
Objetivo: Manter as ações da Atenção Básica - PSF/NASF/USB		
10 303 1138 **2034 MANTER ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS**	**686.018,00**	**0,70**
Objetivo: Manter Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos		

Classificação Institucional Funcinal Programática	Dotação Orçamentária	%
02.090 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	**24.064.444,00**	**24,51**
10 302 1211 **2035 MANTER AS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**	**1.211.362,00**	**1,23**
Objetivo: Manter as ações de Média e Alta Complexidade		
10 304 0246 **2036 MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE**	**1.063.934,00**	**1,08**
Objetivo: Manter as ações de Vigilância e Promoção da Saúde		
10 122 0052 **2037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	**3.069.412,00**	**3,13**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10 122 0207 **2038 MANTER O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**	**125.307,00**	**0,13**
Objetivo: Manter o conselho municipal da saúde		
10 301 0207 **2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ACS - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**	**1.344.113,00**	**1,37**
Objetivo: Atender aos Agentes Comunitários de Saúde		
10 301 0207 **2040 MANTER O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS**	**722.046,00**	**0,74**
Objetivo: Manter o Laboratório de Análises Clínicas		
10 301 0207 **2041 MANTER A GESTÃO DO SUS**	**1.002.009,00**	**1,02**
Objetivo: Atender determinação da Portaria GM-MS Nº1.135/2023 de 16/08/2023		
02.100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**3.106.615,00**	**3,16**
08 244 0052 **2042 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	**2.206.625,00**	**2,25**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08 243 0122 **2043 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**	**227.708,00**	**0,23**
Objetivo: MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR		
08 122 0052 **2044 FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA**	**359.171,00**	**0,37**
Objetivo: FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		
08 122 0052 **2045 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**	**313.111,00**	**0,32**
Objetivo: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		
02.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**1.556.311,00**	**1,58**
08 241 0120 **1008 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**	**83.078,00**	**0,08**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS		
08 243 0122 **1009 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DA SEDE FÍSICA DO CRAS**	**87.035,00**	**0,09**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DA SEDE FÍSICA DO CRAS		
08 244 0052 **1010 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**	**67.861,00**	**0,07**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
08 244 0125 **1011 CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER CENTRO DE INCLUSÃO PRODUTIVA**	**79.122,00**	**0,08**
Objetivo: CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER CENTRO DE INCLUSÃO PRODUTIVA		
08 243 0122 **2046 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**	**402.884,00**	**0,41**
Objetivo: ATENDER SERVIÇOS DO SCFV/CRAS		

Classificação Institucional Funcinal Programática	Dotação Orçamentária	%
02.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**1.556.311,00**	**1,58**
08 244 0051 **2047 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**	**158.887,00**	**0,16**
Objetivo: MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS		
08 244 0052 **2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	**380.576,00**	**0,39**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08 244 0125 **2049 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS / CRIANÇA FELIZ**	**143.040,00**	**0,15**
Objetivo: ATENDER O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ		
08 244 0125 **2050 MANTER PROGRAMA BOLSA FAMILIA PBF**	**153.828,00**	**0,16**
Objetivo: Manter as necessidades do programa bolsa família		
02.120 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	**7.748.962,00**	**7,89**
04 122 0056 **1012 REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS MUNICIPAIS**	**237.115,00**	**0,24**
Objetivo: REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS MUNICIPAIS		
15 451 0711 **1013 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS**	**332.310,00**	**0,34**
Objetivo: DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS		
15 452 0056 **1014 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS**	**161.523,00**	**0,16**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS		
15 452 0474 **1015 CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER**	**180.541,00**	**0,18**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER		
16 481 0516 **1016 CONSTRUIR E RECUPERAR UNIDADES HABITACIONAIS P/ CARENTES**	**171.696,00**	**0,17**
Objetivo: CONSTRUIR E RECUPERAR UNIDADES HABITACIONAIS P/ CARENTES		
17 511 0056 **1017 IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS**	**139.254,00**	**0,14**
Objetivo: IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS		
17 511 0611 **1018 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO**	**168.026,00**	**0,17**
Objetivo: IMPLANTAÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO		
17 511 0622 **1019 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D´ÁGUA**	**139.254,00**	**0,14**
Objetivo: IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO D´ÁGUA		
17 512 0611 **1020 LAGOA DE DECANTAÇÃO**	**94.155,00**	**0,10**
Objetivo: LAGOA DE DECANTAÇÃO		
25 752 0623 **1021 EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DIST. DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO**	**94.155,00**	**0,10**
Objetivo: EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DIST. DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO		
26 782 0641 **1022 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**	**94.946,00**	**0,10**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
26 782 0711 **1023 CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRADAS VICINAIS**	**123.429,00**	**0,13**
Objetivo: CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRADAS VICINAIS		

Classificação Institucional Funcinal Programática	Dotação Orçamentária	%
02.120 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	**7.748.962,00**	**7,89**
26 782 0712 **1024 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES**	**174.715,00**	**0,18**
Objetivo: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES		
04 122 0056 **2051 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E URBANISMO**	**3.836.246,00**	**3,91**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E URBANISMO		
15 452 0246 **2052 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA**	**1.801.597,00**	**1,84**
Objetivo: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA		
02.130 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	**1.426.808,00**	**1,45**
20 605 0645 **1025 CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS**	**85.451,00**	**0,09**
Objetivo: CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS		
20 606 0641 **1026 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**	**67.861,00**	**0,07**
Objetivo: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
20 606 0645 **1027 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO OU ESPAÇO PRÓPRIO PARA A FEIRA LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR**	**114.223,00**	**0,12**
Objetivo: Emenda 001/21 da Vereadora Maria do Socorro Gouveia - Visa acomodar feirantes em espaço próprio para produtos da Agricultura Familiar.		
20 122 0052 **2053 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA**	**1.119.818,00**	**1,14**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		
20 606 0645 **2054 DISTRIBUIÇÃO DE FERRAMENTAS/ SEMENTES E MUDAS P/PEQ. PRODUTOR**	**39.455,00**	**0,04**
Objetivo: DISTRIBUIÇÃO DE FERRAMENTAS/ SEMENTES E MUDAS P/PEQ. PRODUTOR		
02.140 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	**982.766,00**	**1,00**
18 541 0052 **1028 CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER GALPÃO PARA SEPARAÇÃO E GUARDA DE PRODUTOS RECICLAVEIS**	**102.139,00**	**0,10**
Objetivo: CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER GALPÃO PARA SEPARAÇÃO E GUARDA DE PRODUTOS RECICLAVEIS		
18 541 0052 **1029 EXECUTAR OBRAS DE PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO URBANA**	**146.257,00**	**0,15**
Objetivo: EXECUTAR OBRAS DE PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO URBANA		
18 122 0052 **2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**	**548.210,00**	**0,56**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		
18 122 0052 **2056 MANTER COLETA SELETIVA**	**110.114,00**	**0,11**
Objetivo: MANTER COLETA SELETIVA		
18 541 0052 **2057 MANTER PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**	**76.046,00**	**0,08**
Objetivo: MANTER PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
02.150 SECRETARIA DA MULHER	**326.705,00**	**0,33**
04 122 0052 **2058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DA MULHER**	**326.705,00**	**0,33**
Objetivo: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DA MULHER.		
02.990 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**1.056.938,00**	**1,08**
99 999 9999 **9001 RESERVA DE CONTINGENCIA**	**1.056.938,00**	**1,08**
Objetivo: RESERVA DE CONTINGENCIA		

Classificação Institucional Funcinal Programática	Dotação Orçamentária	%

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:15:28

Total Geral **105.693.734,00**

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

Exercício: 2026

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alinea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
		NADA A REGISTRAR		

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças - em 25 de abril de 2025 as 12:15:30

LR CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
Contador

ALINY CIBELY CUNHA DA SILVA FARIAS
Prefeita

Câmara Municipal de Cruz do Espírito Sa
APROVADO REPROVADO
Data: 11/06/2025
Presidente
1º Secretário
2º Secretário

Câmara Municipal da Cruz do Espírito Santo

Data: ____/____/____